

Na série **Gente do MOC** vamos contar, a partir desta edição, as histórias de pessoas que dedicam sua vida ao MOC e à sua missão. Sempre na última página, retrataremos os caminhos daqueles que acreditam num semi-árido justo e solidário, caminhos que se assemelham com os grupos que acompanhamos. A primeira história a ser contada é também uma das mais longas: com 38 anos de atuação, Ildes Ferreira é o funcionário mais antigo do MOC e tem muito, mas muito mesmo para contar.

Sociólogo do campo

O sociólogo Ildes Ferreira de Oliveira nasceu no município de Valente, a 240 km de Salvador, em 1948. Seus pais, Rosalvo Ferreira de Oliveira e Lucia Gonçalves de Oliveira, eram proprietários de uma pequena roça onde criaram cinco filhos. A casa era simples, porém rebocada com estrume de gado (para proteger as paredes), reboco e piso de cimento. Não tinha pintura nem banheiro. Aos 12 anos já assumia muitas tarefas dos adultos, na roça ou no motor de sisal. "Fui alfabetizado numa escolinha particular rural. Gostava de ler. Além do trabalho da roça, meu pai vendia cereais no dia de feira do Município, pra completar o minguado orçamento", lembra.

"Estudo é pra malandro"

Ildes conta que jornais velhos, que eram utilizados para embrulhar produtos que vinham da feira, eram recolhidos por ele para uma leitura posterior. "Certa feita, meu pai conversou com uma delegada escolar sobre meu interesse por livros velhos e outros materiais literários, seu objetivo era que comesse a freqüentar uma escola da cidade".

Ildes fez um teste e ingressou na 4ª série

do primário. Estudava à tarde. Pela manhã, trabalhava duro, na roça ou no motor de sisal onde se começava a jornada às 2 horas da madrugada. A escola ficava a três quilômetros, o equivalente a quarenta minutos de caminhada. Mas a freqüência na escola nunca foi bem aceita. "Sempre ouvi do meu pai expressões do tipo: Estudo é pra malandro ou filho de rico, filho de pobre tem que trabalhar. Enfrentei. Queria continuar estudando, não sabia exatamente para o quê".

Aos 14 anos, Ildes ingressou no Seminário Diocesano de Menores de Senhor do Bonfim, a cerca de 120 quilômetros de Valente, que se constituiu na grande alternativa para ele poder estudar.

Tábua de salvação: a formação política

Ildes sempre esteve ligado à igreja. Após concluir o ginásio, a diocese o enviou juntamente com outros seminaristas para Amélia Rodrigues, sob a orientação do Pe. Aldo Giazzon, um italiano, de formação progressista. "Foi à tábua da salvação. Através dele, engajei-me na JAC (Juventude Agrária Católica) e aí iniciou propriamente a minha formação política".

O MOC já tinha nascido há um ano. O então Pe. Antonio Albertino Carneiro, idealizador de um "escritório técnico para assessorar o clero", era um jovem e famoso pelas suas posturas inovadoras e até revolucionárias para a época. Frequentemente ele era convidado para orientar os seminaristas. "Essa foi a segunda grande oportunidade que me apareceu: Pe. Albertino acabou me convidando para trabalhar em Feira de Santana, no MOC".

O MOC: a grande academia

A curiosidade e a disposição em aprender fizeram com que ele acompanhasse técnicos do MOC (um sociólogo, um assistente social e um padre) em quase todas as atividades. Naquele mesmo ano, quando o MOC iniciou sua atuação na zona rural, Ildes começou a visitar algumas comunidades (Lagoa Grande, Maria Quitéria, Feira de Santana) junto a outro técnico e, no ano seguinte, assumiu o acompanhamento da comunidade da Matinha.

No MOC, ele começou a interessar-se pelas Ciências Sociais, ingressando na Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1973. "Já assumia algumas responsabilidades maiores no MOC que, mesmo criando facilidades para que pudesse estudar, tinha que dedicar todos os finais de semana ao trabalho, além de alguns dias durante a semana. Em 1977 concluí o curso de Ciências Sociais e passei a me dedicar integralmente ao trabalho do MOC". Em 1983, Ildes fez um mestrado em Campina Grande, porém, continuava colaborando com o MOC na elaboração de relatórios, projetos etc, retornando após 2 anos.

Ildes foi Secretario Executivo do MOC durante dois anos, até que foi convidado para assumir uma Secretaria Municipal (Habitação Popular e Desenvolvimento Comunitário) passando a Secretaria Executiva para ser assumida por Naidison Baptista.

"O MOC foi, e continua sendo, a grande academia: não apenas pela influência na minha formação profissional como lugar de aprendizagem. Nele, aprendi, entre tantas outras coisas, a conviver com as diversidades, a exercitar a democracia, a construir relações de igualdade e de solidariedade que pude praticar nos outros meios em que militei e milito: família, universidade, esfera governamental, câmara municipal, partido político, movimentos sociais. Sou um privilegiado", concluiu.

Ildes Ferreira atualmente é o coordenado do Programa de Políticas Públicas do MOC.

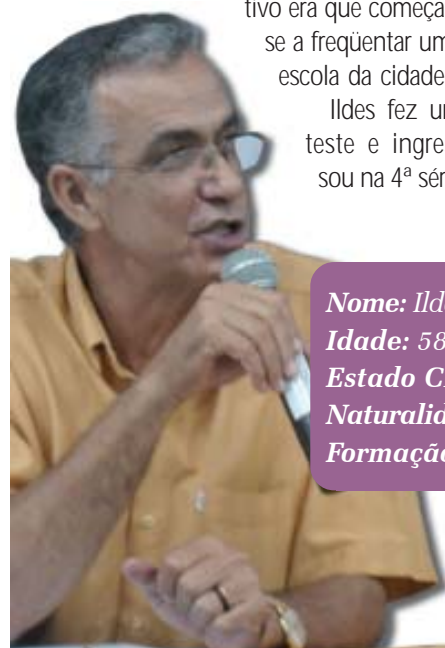
Nome: Ildes Ferreira de Oliveira

Idade: 58 anos

Estado Civil: Casado

Naturalidade: Valente-Bahia

Formação: Sociólogo



Expediente . Realização: Movimento de Organização Comunitária - MOC **Coordenação:** Programa de Comunicação: Klaus Minihuber, Cristiane Melo, Lorena Amorim, Nayara Silva e Paulo Marcos **Edição e Revisão:** Cristiane Melo (DRT 3275) **Reportagem:** Paulo Marcos **Fotos:** Klaus Minihuber e Paulo Marcos **Diagramação e Design:** Karime Salomão **Tiragem:** 2.000 exemplares **Fale conosco:** MOC - R. Pontal 61, Cruzeiro, Feira de Santana - Bahia. CEP: 44.017-170. Tel: (75) 3221.1393 fax: (75) 3221.1604 e-mail: comunicam@moc.org.br site: www.moc.org.br

Apoio



Bocapiu

Contando experiências por um sertão justo



Mulheres trabalhadoras rurais contam como estão gerando renda e trabalho na comunidade de Jibóia, no município de Conceição do Coité. Elas plantam alface, coentro, pimentão, chuchu, tomate, cebola, repolho, couve, e muitas outras coisas e com o bocapiu cheio vendem na feira-livre seus produtos. Confira a reportagem sobre duas Raimundas que conseguiram com as forças das mãos e o apoio do Projeto Prosperar do MOC tirar das hortas, em pleno sertão, o sustento de suas famílias.

Prosperar com Agroecologia

Ao percebermos a satisfação e elevada auto-estima das agricultoras da comunidade de Jibóia em Conceição do Coité, salientamos a valorização da mulher no seu papel histórico na agricultura e na garantia da segurança alimentar das famílias e das comunidades. Elas estão envolvidas tanto no cultivo de produtos, na fomentação da saúde e no manejo dos recursos naturais como no beneficiamento, comercialização e ainda, como responsáveis pelo patrimônio culinário do Brasil.

A Agricultura Familiar embasada na Agroecologia e na Convivência com o Semi-árido é condição indispensável para que as novas práticas e técnicas promovam transformações estruturais e sociais em benefício principalmente das famílias agricultoras. Mas também beneficiam a sociedade, integrando e articulando conhecimentos de diferentes ciências com os saberes populares, construindo o conhecimento agroecológico, referenciando-se pelos ideais da sustentabilidade em médios e longos prazos.

Nesta edição do Bocapiu, a experiência dessas mulheres nos dá uma mostra de um processo de transição agroecológica, nos permitindo refletir a respeito de limites e potencialidades para uma maior sustentabilidade.

É necessário que essa valorização se transponha em políticas de empoderamento e autonomia das mulheres, com geração de renda, distribuição de terra e garantia da segurança alimentar.

Renata Santana
Coordenadora do Sub-programa de ATER do MOC



Mulheres com o bocapiu cheio

“Antes a gente trabalhava em casa e na roça, mas só plantava as leiras no inverno. Hoje não, a gente começou a trabalhar e ganhar um dinheirinho. Estamos juntando para investir aqui mesmo”, conta Maria Raimunda Reis, uma das integrantes do Projeto Prosperar na comunidade de Jibóia em Conceição do Coité. Ela tem cinco filhos e diz que está feliz com a nova atividade. As famílias vão à feira-livre vender seus produtos toda semana. Um dinheiro que representa uma vida melhor e independência. “O que tem aqui na comunidade para as mulheres fazer é só isso mesmo. São seis famílias envolvidas com a horta e a gente já vê os resultados”, completa a agricultora.

A produção das mulheres é diversificada e já tem comércio garantido devido à qualidade dos produtos. “A gente leva pra Salgadália, comunidade que fica há 2 Km daqui e lá vende tudo.

Temos alface, coentro, pimentão, chuchu, tomate, cebola, repolho, cou-

ve, e muitas outras coisas”, comenta outra agricultora, Raimunda da Silva. Para ela, novas idéias empreendidas devem-se ao investimento na produção familiar agroecológica. “O Prosperar trouxe as hortas e as técnicas de trabalhar com agricultura familiar que nós não sabíamos”.

Com auxílio de um técnico e uma jovem multiplicadora de assistência técnica rural o grupo faz parte de uma rede de agricultores familiares atendidos diretamente com crédito, assistência técnica e

capacitações em agroecologia na Região Sisaleira. As produtoras contam ainda que a comunidade sofre com a falta de investimentos públicos e carece de infraestrutura, educação e trabalho. “Aqui não tem telefone e nem água encanada. Chegou agora o Luz para todos do governo federal”, cita uma moradora.

Antes das cisternas do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) a falta d’água na estiagem faziam com que a comunidade fosse em busca de socorro na prefeitura. “Antes do projeto das cisternas a água aqui era só no carro-pipa. Quando o prefeito dava a ‘ordem’ eles traziam a água

de graça, mas quando não dava a gente que pagava do nosso bolso”, denunciam as trabalhadoras. “Hoje quase todo mundo aqui tem cisterna, só não tem quem ainda estava construindo a casa na época que o projeto chegou”.

O sonho das mulheres já está próximo de se realizar. Com a venda dos produtos elas querem adquirir um terreno para ampliação da horta. “Hoje a gente vende os produtos e com o dinheiro a gente compra novas sementes, mas também guarda um pouco no banco. A nossa vontade é ter um local mais apropriado para plantar, pois esse terreno aqui é da associação comunitária que também nos ajuda muito”, explica Raimunda da Silva.

Saiba mais sobre Agroecologia

A Agroecologia surge na década de 1970 como campo de produção científica e ciência multidisciplinar, preocupada com a aplicação direta de seus princípios na agricultura, na organização social e no estabelecimento de novas formas de relação entre sociedade e natureza.

Ou seja, as práticas agroecológicas podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar, ao processo de exclusão do meio rural e homogeneização das paisagens de cultivo. As práticas agroecológicas se baseiam na pequena propriedade, na mão de obra familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

“O Prosperar trouxe as hortas e as técnicas de trabalhar com agricultura familiar que nós não sabíamos”,

Raimunda da Silva, Agricultora Familiar

Raio X da experiência

Jibóia

Localização: Jibóia está localizada no Sertão da Bahia, Região Sisaleira, em Conceição do Coité, a 220 km de Salvador. A comunidade dista 20 km da sede do município.

Habitantes: Moram na comunidade cerca de 70 famílias, na Jornada Ampliada do PETI estudam 34 crianças.

Origem histórica: Jibóia surgiu há mais de 100 anos, segundo moradores, a localidade antes era uma fazenda que pertencia ao senhor José Silvério. Hoje o morador mais velho tem 84 anos de idade.

Vegetação: a vegetação predominante no lugar é a caatinga.

As principais fontes de renda são: sisal, mandioca, milho, feijão e batata, além da criação de pequenos animais como galinhas, ovelhas e bode.



O Projeto Prosperar

Criar condições de melhoria da qualidade de vida das famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, é o grande desafio do Projeto Prosperar. A iniciativa busca promover alternativas de geração de renda na região, através da capacitação, assistência técnica e crédito aos pequenos produtores. Deste modo, se busca criar processos sustentáveis entre as famílias e, conseqüentemente, a garantia da manutenção das crianças na escola independente do Bolsa Escola.

O Prosperar começou a ser implantado em 2001 pelo MOC, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS)

e a Secretaria de Estado e Ação Social do Ministério da Previdência Social (SEAS). É, assim, um Projeto do PETI na Bahia que surgiu a partir da demanda das próprias famílias atendidas pelo Programa. A comunidade reivindicava alternativas viáveis de geração de renda para a Região.

As famílias participam de capacitações para que possam com autonomia planejar e gerir sua propriedade, escolher os projetos específicos para os quais desejam financiamentos e, junto a tudo isso, obter outras capacitações que lhes garantam condições técnicas para a convivência com o semi-árido.